*Artigo

Governo age como criança birrenta

Ao assumir seu cargo, o novo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, anunciou quais serão as medidas adotadas pelo novo governo da presidente Dilma Rousseff (PT) para alcançar o equilíbrio fiscal. De acordo com o Ministro, o objetivo é atingir uma renda adicional de, aproximadamente, R$ 20,6 bilhões. A maior arrecadação virá através da elevação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre os combustíveis, além do aumento da Contribuição para Intervenção do Domínio Econômico (Cide).

Com essas medidas anunciadas por Joaquim Levy, os dois reajustes terão impacto de R$ 0,22 por litro para a gasolina e R$ 0,15 para o diesel, já a partir do primeiro dia do mês de fevereiro. No entanto, o novo Ministro da Fazenda disse não saber se o aumento será repassado ou não ao consumidor, se o ajuste já será notado na bomba dos postos de combustível e no bolso do cidadão, alegando que caberá a Petrobrás essa decisão, já que isso depende única e exclusivamente da evolução do mercado e também da política de preços da empresa estatal.

Além disso, o governo aumentou também as alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre pessoa física e sobre produtos importados. Como justificativa para este último, o Ministro da Fazenda alegou necessidade de corrigir a distorção provocada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de eliminar o imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS/Cofins das mercadorias importadas.

Primeiramente, essa medida constitui uma afronta à lógica. O argumento utilizado pelo Ministério da Fazenda, de que a elevação da alíquota tem como objetivo corrigir a "distorção" provocada pela retirada do ICMS da base de cálculo dos tributos, é absurda, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político. Economicamente porque o aumento foi muito maior do que o necessário para reparar a dita distorção. Se o interesse fosse somente esse, o aumento deveria ser de 10,82% (nos Estados em que a alíquota do ICMS é de 17%) ou de 10,92% (nos Estados que tributam o ICMS pela alíquota de 18%). Isso sim é o que podemos chamar de distorção. Estados da federação, no mesmo país, cobram taxas distintas: do ponto de vista do consumidor, melhor morar no Estado do Mato Grosso do que no Estado de São Paulo.

O segundo erro (e o mais grave de todos) é o total desrespeito à soberania do Poder Judiciário, numa acintosa 'queda de braço' com o Supremo Tribunal Federal. Ora, se o STF julgou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins nas importações, não tem importância; eleva-se a alíquota do PIS e da Cofins. Dessa forma, corrige-se a "distorção" provocada pela decisão do Supremo! É um absurdo, uma grosseria, um "dar de ombros" para a independência dos poderes da República. O governo deveria ser o primeiro a respeitar as decisões do STF. Ao contrário disso, afronta-o, como se fosse uma criança mimada e birrenta que, diante de uma negativa, de uma voz de comando na direção do que seja correto e justo, pula no chão, grita, esperneia e chora!

Mas na verdade o choro é nosso, senhor Ministro! Dos advogados, do Poder Judiciário, dos empresários, dos cidadãos. Começaste mal, muito mal, senhor Levy!

Enio De Biasi é sócio-diretor da De Biasi Auditores Independentes (www.debiasi.com.br)

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reiki
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Reinaldo Manarim Neto
CONTATO
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.125/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247 W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Obras tapa buracos

A Secretaria de Obras e Serviços Públicos de Nova Olímpia realizou na manhã desta terça-feira, dia 3 de fevereiro, uma ação de tapa buracos em diversos pontos estratégicos dos bairros Ouro Verde, Santa Rosa e Jardim das Oliveiras.

Conforme informou o secretário Ari Cândido Batista, a operação atingiu os cruzamentos das ruas e avenidas, por tratarem de pontos mais sensíveis ao aumento dos buracos já existentes e consequentemente o aparecimento de novos.

Para o serviço, que é apenas uma ação paliativa, a administração municipal "Unidos Crescemos Mais" adquiriu 15 toneladas de massa asfáltica e o trabalho foi realizado pelos homens e máquinas da secretaria de Obras.

O secretário também informou que operações tapa buracos deverão acontecer nos próximos dias, atingindo outros pontos da cidade.

Limpeza

A vereadora Azenate Carvalho (PMDB) cobrou do Poder Executivo a limpeza de prédios públicos. Segundo ela, a população tem reclamado que há prédios, de propriedade da Prefeitura, que estão apresentando falta de cuidado. Para a vereadora, é preciso atenção uma vez que o Município deve dar o exemplo de limpeza.

Iluminação

Azenate também cobrou reparos na rede de iluminação pública de Tangará da Serra. Segundo a vereadora, um exemplo é a iluminação pública da Rua Arlindo Lopes da Silva (Rua 03), no Centro. "A maioria delas está queimada, o que tem dificultado sobremaneira a vida dos moradores e o tráfego de veículos no período noturno".

Pró-Estradas I

O governo de Mato Grosso deverá gastar R$ 60 milhões para recuperar estradas pavimentadas e não pavimentas, e pontes de madeira. As ações serão feitas por meio do "Pró-Estradas - Programa Emergencial de Recuperação das Estradas", lançado ontem durante reunião do governador Pedro Taques com prefeitos.

Pró-Estradas II

O estado tem aproximadamente 4 mil pontes de madeira e 5 mil km de rodovias pavimentadas. Contudo, segundo levantamento da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Mato Grosso tem a pior malha rodoviária do país. "O programa visa a atender a demanda imediata para garantir a segurança e a fluidez o tráfego em nossas estradas".

*Bastidores da Política

Primeira sessão I

Durante a primeira sessão ordinária, o vereador Rogério Silva(PROS) em sua fala livre, questionou sobre a festa de carnaval que há três anos não é realizada em Tangará. "Queremos uma gestão pública democrática, a população tangaraense está desacreditada de termos carnaval em nossa cidade", disse o vereador.

Primeira sessão II

"Será que em oito anos de mandato o deputado não conseguiu conhecer a realidade das rodovias de Mato Grosso? Precisam mesmo fazer essa operação para gastar combustível?" questionou Bezerra (PR) ao referir-se a Operação Buracaço, em que seis deputados irão percorrer rodovias de MT para avaliar as péssimas condições das vias.

Primeira sessão III

O vereador Luiz Henrique (PDT) subiu a tribuna e em sua fala livre apontou a falta de investimentos para fomentar o esporte em Tangará. "O que mais falta para fechar as portas da Secretaria Municipal de Esporte? Faltam incentivos para as entidades esportivas, as crianças precisam de opções", questionou Henrique.

Primeira sessão IV

A Vereadora Azenate (PMDB) disse que tomará medidas para a fiscalizar a contratação de professores para a rede municipal de ensino. De acordo com ela, pela lei essas vagas deveriam estar sendo preenchidas por cargos efetivos, ou seja, pelos professores que passaram no concurso anterior e que estão no cadastro reserva.

Primeira sessão V

O presidente da câmara Romer Japonês (PR) parabenizou a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Infraestrutura pelos trabalhos que vêm desempenhando, na tribuna Japonês enfatizou a importância do Legislativo trabalhar em conjunto com o Executivo e com a Assembleia Legislativa para alcançar os objetivos.

Reunião prefeitos

O Palácio Paiaguás recebeu nesta terça-feira prefeitos de todo o Mato Grosso (cerca de 130), além de deputados estaduais e federais, secretários de Estado e governador Pedro Taques (PDT) para uma mega reunião, que serviu para apresentar um panorama da situação do Estado encontrada pela atual gestão.

Fethab

O Fethab também foi um dos temas prioritários, tendo em vista a suspensão da lei que determina 50% dos recursos do fundo aos municípios. Na ocasião, Taques assinou um decreto criando uma comissão para a realização de um estudo técnico detalhado sobre o fundo, cujos resultados deverão ser apresentados em 45 dias.

Estudo

"A comissão terá 45 dias para discutir essa questão e buscar uma solução. Contamos com o apoio da Assembleia Legislativa, da Associação Mato-grossense dos Municípios e do ex-governador Rogério Salles. Estamos há 32 dias trabalhando e não temos culpa do que foi feito anteriormente", declarou o governador.

Savi decide sair do PR

Ilustração: Reinaldo Netto

O deputado estadual Mauro Savi decidiu abandonar o PR e já negocia com o presidente estadual da sigla, senador Wellington Fagundes, como poderá encaminhar a desfiliação sem risco de perder o mandato, conforme determina a Lei da Fidelidade Partidária. "Quando encontrar a janela, vou tomar posição", anunciou. Caso a desfiliação ocorra, Savi irá para a sua quarta legenda. Ele já foi do PSB e PPS. Segundo Savi, a decisão de deixar o PR é resultado dos problemas internos da agremiação.

Savi também revela que já recebeu convite de diversos partidos, que buscam reforçar as bancadas na Assembleia. Entretanto, pretende encaminhar primeiro o processo de desfiliação do PR para, depois, escolher a legenda que vai abrigá-lo.